

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de BrasíliaClass.: 286Data: 5 de Março de 1989

Pg.: _____

Kararaô vai depender do Congresso

Caberá ao Congresso Nacional decidir se a hidrelétrica de Kararaô, no Rio Xingu, será mesmo construída. Por força de dispositivo constitucional, a construção de hidrelétricas que inuntem reservas indígenas depende de aprovação do Congresso. Portanto, o encontro de Altamira (PA), na semana passada, é apenas o início de um debate que tende a tornar-se mais intenso à medida em que se aproximar o momento de decidir entre a preservação da floresta e das terras indígenas ou a produção de 11 milhões de quilowatts de energia elétrica.

Para alguns ecologistas, a preservação da floresta amazônica deve ser feita mesmo a custo de sacrifícios na geração de energia a custos mais baratos, como é o caso das hidrelétricas. Mas, para os responsáveis pela política de abastecimento de energia, do país, não há como abrir mão da construção das usinas. Os inevitáveis danos à natureza devem ser compensados com ações que garantam a preservação da mata não inundada. Uma ação que, até agora, não conquistou a credibilidade dos ecologistas.

Estudos

De acordo com estudos da Eletrobrás, o Brasil corre o risco de racionar energia elétrica a partir de 1992, quando Itaipu estiver plenamente em operação. Com a queda nos investimentos nos últimos anos, agravada com a restrição dos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial, não haverá outras hidrelétricas entrando em operação para garantir o abastecimento do consumo crescente. O risco de colapso no abastecimento de energia nos próximos anos não decorre das pressões ecológicas que se acentuaram ultimamente. Mas tem sido invocado pelas autoridades do setor elétrico para argumentar que se os investimentos não forem retomados, o racionamento será inevitável, porque não há alternativas.

Os mesmos estudos revelam que para assegurar o fornecimento de energia a partir de meados da década de 90, o Brasil precisa investir cerca de US\$ 7 bilhões por ano. Um dinheiro que, apesar dos constantes aumentos nas tarifas, as empresas não têm para aplicar uma situação que se agrava com o retardamento da liberação dos empréstimos já negociados com o Banco Mundial, que retém uma parcela de US\$ 600 milhões desde outubro do ano passado.